



**Ministério da Integração Nacional - M I**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
Rua Presidente Dutra Nº 160, Centro CEP 56304-230 – Petrolina-PE  
Tel: (87) 3866-7722/7742 - Fax: (87) 3866-7742 - e-mail: [3a.sl@codevasf.gov.br](mailto:3a.sl@codevasf.gov.br)

Fls.: \_\_\_\_\_  
Proc.: 59530.002056/2017-18

3ª SL

**EDITAL Nº 011/2017**

**TOMADA DE PREÇOS**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA  
ENGENHARIA DESTINADA A REALIZAÇÃO  
DAS OBRAS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS À  
RECUPERAÇÃO DA BARRAGEM MONTE  
ALEGRE, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE  
FLORESTA, ESTADO DE PERNAMBUCO,  
ÁREA DE ATUAÇÃO DA 3ª  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA  
CODEVASF.**

**C O D E V A S F**  
**TOMADA DE PREÇOS - EDITAL N.º 011/2017**  
**A V I S O**

**OBJETO:** Contratação de empresa do ramo da engenharia destinada a realização das obras e serviços necessários à recuperação da Barragem Monte Alegre, localizada no município de Floresta, Estado de Pernambuco, área de atuação da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF.

**CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:** Empresas do ramo de engenharia que, individualmente, atendam as exigências do Edital e seus anexos, e que possuam, até a data da abertura da licitação, **o capital social mínimo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

As Microempresas – MEs e Empresas de Pequeno Porte – EPP participarão desta licitação em condições diferenciadas quanto aos seus privilégios na forma da Lei 13.303 de 30/06/2016, Decreto n.º 8.538/2015 e demais cominações legais aplicáveis e a Lei Complementar 123, de 14/12/2006 e alterações posteriores.

**LOCAL E DATA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:** Sala de Reunião da 3ª GRD, na 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizado à Rua Presidente Dutra, 160 – Centro – Petrolina-PE, às **11 (onze) horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA) do dia 22 de novembro de 2017.**

**OBSERVAÇÃO:** O Edital e seus elementos constitutivos encontram-se à disposição dos interessados para consulta, na Secretaria Regional de Licitações – 3ª Superintendência Regional da Codevasf, no endereço acima mencionado, sala 45 – Bloco IV, nos sítios da CODEVASF e Compras Governamentais: [www.codevasf.gov.br](http://www.codevasf.gov.br) e [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), e poderão ser adquiridos mediante apresentação pela licitante de um cd/ROM ou pen drive, gratuitamente, no horário das 08h às 12h e das 13h30 às 17 horas (HORÁRIO LOCAL).

**As Empresas que retirarem o Edital deverão encaminhar à Secretaria Regional de Licitações, através do email: [3a.sl@codevasf.gov.br](mailto:3a.sl@codevasf.gov.br), a GUIA DE RETIRADA DO EDITAL todos os seus dados cadastrais, conforme modelo ao final deste documento, para que a CODEVASF possa comunicar eventuais esclarecimentos sobre o edital ou resposta a consultas.**

Petrolina-PE, 03 de novembro de 2017.

**AURIVALTER CORDEIRO PEREIRA DA SILVA**  
**SUPERINTENDENTE REGIONAL**  
**CODEVASF - 3ª SR**

## **ÍNDICE**

01. OBJETO/ LEGISLAÇÃO
02. LOCALIZAÇÃO/DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS
03. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
04. INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS
05. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DA PROPOSTA FINANCEIRA
06. ABERTURA DOS INVÓLUCROS
07. EXAME E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
08. ADJUDICAÇÃO
09. RECURSOS ADMINISTRATIVOS
10. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
11. GARANTIA DE EXECUÇÃO
12. MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO LOCAL
13. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO
14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
15. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
16. MULTAS
17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18. PRAZO DE GARANTIA
19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
20. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS
21. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
22. PLACA DE IDENTIFICAÇÃO
23. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
24. CONDIÇÕES GERAIS

## **A N E X O S**

- I. TERMO DE PROPOSTA
- II. MODELOS DE DECLARAÇÕES
- III. TERMOS DE REFERÊNCIA / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS / PLANILHAS DE ORÇAMENTOS
- IV. MINUTA DE CONTRATO

**C O D E V A S F**  
**TOMADA DE PREÇOS - EDITAL N.º 0/2017**

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF por sua Secretaria de Licitações torna público que receberá a Documentação e Propostas objeto do presente Edital, às **11 (onze) horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA) do dia 22 de novembro de 2017**, na Sala de Reunião da 3ª GRD da 3.ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizado à Rua Presidente Dutra, 160 – Centro – CEP 56.304-230 - Petrolina-PE.

**1. OBJETO / LEGISLAÇÃO**

- 1.1. Contratação de empresa do ramo da engenharia destinada a realização das obras e serviços necessários à recuperação da Barragem Monte Alegre, localizada no município de Floresta, Estado de Pernambuco, área de atuação da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF – 3ª SR, objetivando sanar a recuperação do sangradouro e maciço terroso que colocam em risco a capacidade de armazenamento da barragem.
- 1.2. A licitação, na modalidade de TOMADA DE PREÇO, do tipo "**Menor Preço**", (Art. 45, parágrafo 1º, Inciso I), sob o regime de "**EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**", reger-se-á pela Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, que institui normas para Licitações e Contratos da Administração Pública, Lei 13.303 de 30/06/2016, Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, Decreto nº 8.538/2015 e demais cominações legais aplicáveis.

OBSERVAÇÃO: As Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP participarão desta licitação em condições diferenciadas quanto aos seus privilégios na forma da Lei 13.303 de 30/06/2016, Decreto nº 8.538/2015 e demais cominações legais aplicáveis e a Lei Complementar 123, de 14/12/2006 e alterações posteriores.

**2. LOCALIZAÇÃO/ DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS**

- 2.1. Os serviços objetos deste instrumento serão realizados na zona rural do município de Floresta, Estado de Pernambuco, de acordo o endereço descrito no subitem 3.1.1 dos Termos de Referência.
- 2.2. A descrição e o escopo dos serviços estão detalhadas no item 5 dos Termos de Referência, às Especificações Técnicas, **Anexo III do edital**, referente, as quais fazem parte deste Edital. As licitantes poderão obter junto à CODEVASF – 3ª Superintendência Regional, Secretaria de Licitações, fone (87) 3866-7742, e-mail [3a.sl@codevasf.gov.br](mailto:3a.sl@codevasf.gov.br), que encaminhará à 3ª GRD/UEP, qualquer solicitação de informação complementar à documentação constante neste Edital e que venha ser necessária para melhor caracterização de sua proposta financeira.

**3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- 3.1. Poderão participar desta licitação empresas do ramo da engenharia que satisfaçam às condições deste Edital e sejam devidamente inscritas e habilitadas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) para realização de serviços de com aplicação de

**Ministério da Integração Nacional – MI**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – CODEVASF**

Fls.: \_\_\_\_\_  
Proc.: 59530.002056/2017-18

3ª SL

concreto/argamassas similar ao objeto deste Edital e que possuam até a data da abertura da licitação, o capital social mínimo de **R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)**.

- 3.2. As Microempresas – MEs e Empresas de Pequeno Porte – EPPs poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.
- 3.3. O Edital e seus elementos constitutivos encontram-se à disposição dos interessados para consulta nos sítios da [www.codevasf.gov.br](http://www.codevasf.gov.br) e [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), e na Secretaria Regional de Licitações – 3ª Superintendência Regional da Codevasf, localizada no endereço informado no início do edital, telefone (87) 3866-7742, e poderão ser adquiridos mediante a apresentação de mídia eletrônica (pen drive, por exemplo), no horário de 08 (oito) às 12 (doze) horas e de 13h30 (treze e trinta) às 17 (dezessete) horas, de segunda a sexta-feira, horário local.
  - 3.3.1. As empresas que retirarem o edital deverão preencher a Guia de Retirada de Edital que se encontra na última página deste documento, remetendo-a através do e-mail: [3a.sl@codevasf.gov.br](mailto:3a.sl@codevasf.gov.br), dados estes necessários para que recebam eventuais esclarecimentos às consultas formuladas sobre o Edital.
- 3.4. Recomenda-se as licitantes visitar o local de realização do empreendimento a ser realizado. Durante a visita a licitante deverá inteirar-se dos serviços que serão executados, dimensionar aspectos físicos e técnicos e avaliar os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes da sua execução. A licitante deverá também procurar obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato que tem como base o presente Edital.
  - 3.4.1. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser invocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos.
  - 3.4.2. Os custos de visita aos locais dos serviços correrão por exclusiva conta da licitante.
- 3.5. Não será permitida a participação de empresas:
  - a) Cujos empregados, diretores, responsáveis técnicos ou sócios figurem como funcionários, empregados ou ocupantes de função gratificada na Codevasf;
  - b) Empresa declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
  - c) Empresa suspensa de licitar ou contratar com a Codevasf;
  - d) Empresa em processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.
  - e) Empresas estrangeiras que não estejam autorizadas a operar no País;
  - f) Autora do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica, e a empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do Projeto Básico ou Executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

- 3.6. Cada licitante apresentar-se-á com apenas um representante que, devidamente munido de documento hábil, será o único a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo, ainda, no ato da entrega dos envelopes, identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento legal que bem o identifique.
- 3.6.1. Por documento hábil, entende-se:
- a) Habilitação do representante mediante procuração para participar de licitação, acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante, no qual declare expressamente, ter poderes para a devida outorga.
  - b) Caso seja titular da empresa, apresentar documento que comprove sua capacidade para representá-la.
- 3.6.2. A não apresentação do documento de credenciamento não inabilita o licitante, mas impedirá o representante de se manifestar, impugnar e responder pela mesma.
- 3.6.3. O credenciado ou procurador não poderá representar mais de uma licitante, ficando expresso e ajustado que a inobservância desta exigência implicará na desclassificação automática das respectivas propostas.
- 3.7. A participação na licitação implica aceitação integral do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis neste Edital.

#### **4. INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS**

- 4.1. A licitante deverá, além das informações específicas requeridas pela CODEVASF, adicionar quaisquer outras que julgar necessárias. Somente serão aceitas normas conhecidas que assegurem uma qualidade igual ou superior à indicada neste Edital e seus anexos.
- 4.2. As licitantes deverão estudar minuciosa e cuidadosamente a documentação, informando-se de todas as circunstâncias e detalhes que possam de algum modo afetar a execução dos serviços, seus custos e prazos de execução.
- 4.3. Quaisquer dúvidas de caráter técnico, formal ou legal, na interpretação deste Edital e seus anexos serão dirimidas pela Secretaria de Licitações, sala 45 – Bloco IV, da CODEVASF – 3ª SR, localizado à Rua Presidente Dutra, nº 160, Centro, Petrolina-PE, através do e-mail: [3a.sl@codevasf.gov.br](mailto:3a.sl@codevasf.gov.br) ouvida a 3ª GRD/UEP e/ou a Assessoria Jurídica, respeitado o prazo descrito a seguir.
- 4.4. Os pedidos de esclarecimentos, como também apresentação de impugnação do Edital sobre quaisquer elementos somente serão atendidos quando solicitados por escrito até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data estabelecida para a abertura das propostas. As consultas formuladas fora deste prazo serão consideradas como não recebidas.
- 4.5. Analisando as consultas, a Codevasf deverá esclarecê-las e, acatando-as, alterar ou adequar os elementos constantes do Edital e seus anexos, comunicando sua decisão, por meio do sítio: [www.codevasf.gov.br](http://www.codevasf.gov.br).
- 4.6. A apresentação da proposta tornará evidente que a licitante examinou minuciosamente toda a documentação deste Edital e seus anexos e que a encontrou correta. Evidenciará, também, que a licitante obteve da CODEVASF, satisfatoriamente, todas**

**as informações e esclarecimentos solicitados, tudo resultando suficiente para a elaboração da proposta, logo implicando na aceitação plena de suas condições.**

- 4.7. Fica entendido que a licitante tem pleno conhecimento das condições locais onde serão executados os serviços e teve solucionadas todas as dúvidas, antes da data da apresentação das propostas.

## **5. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DA PROPOSTA FINANCEIRA.**

- 5.1. Serão aceitas propostas entregues pessoalmente ou encaminhadas por via postal, desde que sejam recebidas pela CODEVASF no endereço indicado no preâmbulo deste Edital até o dia e hora estabelecidos para recebimento e abertura das propostas, não se admitindo sua apresentação via fax ou meio eletrônico.
- 5.1.1. A Licitante que optar por entregar sua documentação e proposta diretamente na Sede da CODEVASF antes da data e horário estabelecidos para sua abertura poderá fazê-lo, desde que o faça diretamente na Secretaria de Licitações, localizada no endereço indicado no preâmbulo deste instrumento, sob pena, de sua proposta ser considerada como não recebida.
- 5.1.2. A documentação e as propostas entregues após o horário estabelecido no preâmbulo deste Edital serão consideradas como não recebidas, sendo de inteira responsabilidade da Licitante a entrega tempestiva da “Documentação” e “Proposta Financeira” que venham a ser enviadas por via postal.
- 5.2. As Licitantes deverão fazer entrega no dia, hora e local mencionados neste Edital, de 2 (dois) envelopes, fechados, numerados e identificados, contendo, respectivamente, a **“Documentação” – Invólucro n.º 01 (um) e a “Proposta Financeira” – Invólucro n.º 02 (dois)**, devendo constar ainda nos respectivos envelopes: nome, endereço, telefone, email, o número do Edital e descrição sucinta do objeto da licitação.
- 5.3. A “Documentação” e a “Proposta Financeira” deverão estar impressas em papel timbrado da empresa, em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas, entrelinhas, rasuras ou borrões que dificultem o entendimento, e deverão estar numeradas e rubricadas em todas as suas folhas e assinada na última pelo representante legal da empresa.
- 5.3.1. Todos os documentos e propostas a serem apresentados deverão ser encadernados na ordem indicada neste Edital, numerados sequencialmente e rubricados, em todas as folhas, pelo representante legal da licitante ou seu procurador, sem emendas, rasuras ou repetições;
- 5.3.2. Os documentos poderão ser apresentados em original ou por cópias, neste caso, estas deverão ser legíveis e devidamente autenticadas por cartório competente ou por servidor da Secretaria de Licitações e Comissão de Licitação ou, ainda, por publicação em órgão da imprensa oficial;
- 5.3.3. Em cada invólucro deverá ser apresentado um índice relacionando todos os documentos nele contidos;
- 5.3.4. Todos os documentos elaborados pelas licitantes (declarações, planilhas, etc.) deverão ser apresentados em papéis timbrados, próprios das empresas;

- 5.3.5. A licitante que deixar de orçar quaisquer itens da planilha de custo, anexo III deste edital, será automaticamente desclassificada.
- 5.4. A comprovação de outorga de poderes para representação da empresa referida no subitem 3.6.1., deste Edital deverá se fazer pela apresentação de cópia do ato de sua investidura.
- 5.5. A proposta deverá contemplar todos os serviços que compõem o objeto deste Edital, observando todas as descrições, características técnicas e demais recomendações constantes dos Termos de Referência e das Especificações Técnicas, Anexo III, que são integrantes deste Edital. **Não serão aceitas propostas que não apresentarem cotações para todos os serviços solicitados, caso em que as propostas serão desclassificadas.**

#### **5.6. DOCUMENTAÇÃO - INVOLUCRO Nº 01**

Em invólucro fechado, que receberá a denominação de "**Invólucro nº 01**", será apresentada a "**Documentação**", em 02 (duas) vias distintas, de igual teor, em volumes separados, devendo ser evidenciado na respectiva capa de cada volume as inscrições: "**ORIGINAL**" e "**2ª VIA**" e deverá conter os documentos abaixo relacionados, cujos conteúdos deverão ser compatíveis com as especificações, sob pena de inabilitação.

##### **5.6.1. Habilitação Jurídica**

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato do registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme modelo Anexo II.
- f) Declaração da inexistência de fato superveniente à expedição do CRC ou SICAF que impeça a sua habilitação, prevista no § 2º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93 e declaração da licitante de que não tenha sido declarada inidônea por qualquer Órgão ou Entidade da Administração Pública, e que não está impedida de licitar ou contratar com a CODEVASF, bem como de que cumpre o disposto no inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante do ANEXO II, integrante deste Edital, sendo que a Codevasf procederá verificação junto ao sítio [www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br) no intuito de verificar a inexistência de impedimento da empresa participante em licitar e contratar com a Administração Pública;
- g) Declaração, no caso de ME ou EPP, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos Arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, com base no que preceitua o art. 11º do Decreto n.º



6.204/2007, conforme modelo no ANEXO II, ou ainda a certidão de que trata o art.8.º da IN103, do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC.

#### **5.6.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ.
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objetivo contratual.
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei. A prova de quitação com a Fazenda Federal deverá ser acompanhada da Certidão quanto à Dívida Ativa da União, com validade em vigor.
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União, com validade em vigor, conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1751/2014.
- e) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, com validade em vigor.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – (CNDT), com validade em vigor.

5.6.2.1. A validade das certidões referidas nas alíneas "c" a "f", acima corresponderão ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, a CODEVASF convencionou o prazo como sendo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese da licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

5.6.2.2. Caso a(s) certidão(ões) expedida(s) pela(s) Fazenda(s) Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal seja(m) Positiva(s), nela(s) deverá constar expressamente o efeito negativo de que trata o artigo 206, do CTN, ou deverão ser juntados documentos que comprovem: que o débito foi parcelado pelo contribuinte, que sua cobrança está suspensa, ou, caso contestado o valor, que foi garantida a execução depósito em dinheiro ou através de oferecimento de bens, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data do recebimento das propostas.

#### **5.6.3. Qualificação Técnica**

Para comprovação da aptidão técnica das Licitantes será necessária a apresentação dos seguintes documentos:

a) **Comprovar possuir, em seu quadro permanente, na data de entrega da proposta, 1 (um) Engenheiro Civil, devidamente registrado no CREA como profissional e integrante do corpo técnico da licitante, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica, com o seu respectivo CAT (Certidão de Acervo Técnico), por execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação.**

b) Entende-se como pertencente ao quadro permanente: empregado, sócio ou detentor de contrato de prestação de serviços.

- Quando se tratar de profissional contratado sob-regime de Prestação de Serviços, a comprovação se dará através de cópia autêntica do Contrato de Prestação de Serviços, regido pela Legislação Civil comum.

- A licitante deverá comprovar através da juntada de cópias da "ficha ou livro de registro de empregado" registrados na DRT, ou através de cópia da carteira de trabalho ou do contrato social de que o detentor do acervo técnico de que trata a alínea "a" acima, pertence ao seu quadro de pessoal na condição de empregado, prestador de serviços ou de sócio e de que está indicado para coordenar os serviços objeto desta licitação.

- Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma e certidão do CREA, devidamente atualizada.

5.6.3.1. Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão (ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por estes Conselhos, que comprovem que a licitante tenha executado serviços de alvenaria em pedra argamassada e ou obras similares de porte e complexidade ao objeto deste Edital, considerando as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, com os seguintes quantitativos mínimos:

- **Alvenaria de pedra argamassada – 30,00 m³;**

5.6.3.2. Os quantitativos **mínimos exigidos para cada tipo de serviço** deverão constar de apenas 01 (um) único atestado, não sendo admitidos somatórios de quantitativos para efeito de comprovação de qualificação técnica.

5.6.3.3. **Será possível a comprovação de atestado para serviços distintos, mediante a apresentação de atestados diversos para itens diferentes. Por exemplo, um atestado comprovando a construção de alvenaria de pedra argamassada, outro comprovando o revestimento.**

5.6.3.4. Definem-se como obras similares: obras construtivamente afins às licitadas, como construções de alvenaria de pedra argamassada, revestimentos de argamassas.

- 5.6.3.5. Definem-se como obras de porte e complexidade similar aquelas que apresentam grandezas e características técnicas semelhantes às licitadas.
- 5.6.3.6. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas, não cabendo qualquer alegação ou recurso.
- 5.6.3.7. A Concorrente deverá apresentar declaração, informando que visitou os locais onde serão executados os serviços deste documento e que se inteirou das dificuldades e dos dados indispensáveis para a elaboração e apresentação da sua proposta.
- 5.6.3.8. A licitante deverá apresentar uma declaração de que recebeu os documentos e conheceu todas as informações e condições do objeto da licitação, nos termos do art. 40, VI c/c art. 30, III, da Lei nº 8.666/93.

#### **5.6.4. Qualificação Econômico-Financeira**

- a) Comprovação do **capital social mínimo**, conforme exigido nas condições de participação (subitem 3.1) deste Edital, até a data da abertura da licitação.
- b) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial expedida pelo domicílio de pessoa física, com validade na data de abertura desta Tomada de Preços ou até 120 dias a contar da data em que foi expedida;
- c) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovam a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir.
- c.1) Observações: serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
- c.1.1) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):
- Publicados em Diário Oficial; ou
  - Publicados em jornal de grande circulação; ou,
  - Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- c.1.2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):
- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou

**Ministério da Integração Nacional – MI**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – CODEVASF**

Fls.: \_\_\_\_\_  
Proc.: 59530.002056/2017-18

3ª SL

- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial ou no Cartório de registro Civil de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da licitante;
- c.1.3) sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - estatuto das microempresas e das Empresas de Pequeno Porte “SIMPLES NACIONAL”:
- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
  - Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- c.1.4) sociedade criada no exercício em curso:
- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
  - O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- c.2) A qualificação econômico-financeira das licitantes será confirmada por meio de consulta “on line” ao SICAF – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores. Caso a licitante não esteja cadastrada, adotar-se-ão os critérios descritos a seguir:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Não Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**Onde:**

**LG** – Liquidez Geral;

**SG** – Solvência Geral;

**LC** – Liquidez Corrente.

- c.2.1) As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um) em qualquer dos índices referidos na alínea “c2” acima, quando de suas habilitações deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração e, a critério da autoridade

competente, o capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo, na forma dos §§ 2º e 3º, do artigo 31, da Lei nº 8.666/93, como exigência imprescindível para sua habilitação, nos termos do art. 44 da IN-02/2010 da SLTI-MPOG. Podendo, ainda, ser solicitada prestação de garantia na forma do § 1, do artigo 56, do mesmo diploma legal, para fins de contratação.

- c.2.2) Serão consideradas habilitadas as empresas que apresentarem resultados maior que 1 (um) em todos os índices referidos na alínea “c2”.

#### **5.6.5. Habilitação: Benefícios às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:**

5.6.5.1. Nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015, em se tratando das microempresas e empresas de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal de que trata as alíneas “a” a “e” do subitem 5.6.2 deste Edital obedecerá ao seguinte:

- a) Será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação. Contudo, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. (art. 43, caput da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006).
- b) Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal quando da comprovação de que trata o subitem 5.6.5.1 acima, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 4º, § 1.º, do Decreto nº 8.538/2015).
- c) Para aplicação do disposto na alínea “b” acima, o prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado do julgamento das propostas financeiras, mediante convocação da Secretaria Regional de Licitações – 3ª/SL da Codevasf.
- d) A prorrogação do prazo previsto na alínea “b” acima poderá ser concedida, a critério da Codevasf, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.
- e) A não regularização da documentação no prazo previsto, considerada a possível prorrogação, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado a Codevasf convocar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, ou revogar o certame. (art. 4º, § 5º, do Decreto nº 8.538/2015).

- 5.6.5.2. A confirmação da situação regular da licitante será efetuada mediante consulta “on line” ao Sistema do SICAF, observando-se o seguinte:
- a) Na hipótese de haver documentos do SICAF com prazo de validade vencido, os mesmos deverão ser apresentados com prazo de validade em vigor, e constarão da documentação contida no invólucro nº 1 – “Documentação de Habilitação”.
  - b) Em se tratando de documentos emitidos via Internet, sua veracidade será confirmada através de consulta realizada nos sites correspondentes, e se apresentados de outra forma, poderão ser em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Secretaria Regional de Licitações – 3ª/SL, ou ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.
- 5.6.5.3. As licitantes não cadastradas no SICAF deverão apresentar a totalidade da documentação exigida pelo subitem 5.6.
- 5.6.6. Toda a documentação apresentada pela licitante, para fins de habilitação, deverá lhe pertencer, ou seja, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ deverá ser o mesmo em todos os documentos, com exceção da CND junto ao INSS e do CRS junto ao FGTS, desde que comprove que os recolhimentos de INSS e FGTS são centralizados.
- 5.6.6.1. **Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos requeridos no subitem 5.6 deste Edital, no que couber.**
- 5.6.6.2. A aplicação do tratamento diferenciado previsto no subitem 3.2 estará condicionada à apresentação da declaração ou certidão comprobatória de que a licitante é Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, nos termos do subitem 5.6.1, alínea “g” deste Edital.

## **5.7. PROPOSTA FINANCEIRA - INVOLUCRO Nº 02**

- 5.7.1. Em invólucro fechado, que receberá a denominação de "Invólucro nº 02", será apresentada a "Proposta Financeira", em 02 (duas) vias distintas, de igual teor, em volumes separados, devendo ser evidenciado na respectiva capa de cada volume as inscrições: "ORIGINAL" e “2ª VIA”.
- 5.7.2. A Proposta Financeira deverá ser firme e **precisa**, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, sem conter alternativas e deverá conter os seguintes documentos:
- a) Termo de Proposta constante do Anexo I que é parte integrante deste Edital contendo o valor global, incluindo BDI, para a execução dos serviços, conforme a planilha orçamentária.
  - b) Nome e endereço completo da licitante, número de telefone e fax, CNPJ, e qualificação (nome, estado civil, profissão, CPF, identidade e endereço) do dirigente ou representante legal, este mediante instrumento de procuração, que assinará o contrato no caso da licitante ser a vencedora;
  - c) Planilha Orçamentária Global dos Serviços e Materiais devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo;
  - d) Planilha de composição de preços unitários;

**Ministério da Integração Nacional – MI**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – CODEVASF**

Fls.: \_\_\_\_\_  
Proc.: 59530.002056/2017-18

3ª SL

- e) A licitante deverá apresentar o detalhamento dos Encargos Sociais e do BDI;
- e.1) No preenchimento do Quadro Detalhamento do BDI, a licitante deverá considerar todos os impostos, taxas e tributos conforme previsto na legislação vigente, ou seja, aplicado sobre o preço de venda da obra.
- f) Proposta financeira deverá ser datada e assinada pelo representante legal da empresa, com o valor global evidenciado na 1ª folha da respectiva proposta, em algarismo e por extenso, baseada nos quantitativos dos serviços descritos na Planilha Orçamentária Global – CODEVASF, nela incluídos os impostos e taxas, encargos sociais e previdenciários, BDI e transportes até local da obra. No caso de omissão dos referidos impostos, taxas, emolumentos tributos e encargos, considerar-se-ão inclusos no valor global apresentado.
- g) O valor global bem como o valor unitário não poderá ser superior ao orçamento apresentado pela Codevasf.
- h) Cronograma Físico-Financeiro dos itens principais da planilha orçamentária constantes na descrição geral dos serviços, obedecendo às atividades e prazos, com quantitativos previstos mês a mês, observando o prazo estabelecido para a execução dos serviços.
- i) Detalhamento dos Encargos Sociais e Trabalhistas, que será apresentado conforme padrão estabelecido nas planilhas orçamentárias, anexo III deste Edital;
- j) Será obrigatória no ato da licitação a apresentação do Cronograma Físico-Financeiro compatíveis com os serviços, período de trabalho e desembolso, em modelo próprio da licitante.
- k) A Proposta Financeira deverá ser elaborada e apresentada com o preenchimento das Planilhas, para o presente Edital:
- Valor da Proposta financeira;
  - Cronograma Físico;
  - Preço Unitário dos Serviços;
  - Detalhamento dos Encargos Sociais;
  - Detalhamento do BDI um para serviço e outro para fornecimento de materiais e equipamentos;
  - Cronograma Financeiro.
- 5.7.3. A apresentação das Planilhas acima devidamente preenchidas é obrigatória, sob pena de desclassificação da licitante que deixar de apresentá-los ou os fizer de maneira incompleta.
- 5.7.4. Preencher a Planilha de Orçamento com clareza e sem rasuras e repetições, conforme modelo constante do Anexo III, que faz parte integrante deste Edital.
- 5.7.5. Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas.
- 5.7.6. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contado a partir da data estabelecida para a entrega das mesmas, sujeita a revalidação por idêntico período. Propostas com prazos de validade inferiores serão rejeitadas.

- 5.7.7. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será mediante sorteio em ato público, para o qual todas as licitantes empatadas serão convocadas.

## **6. ABERTURA DOS INVÓLUCROS**

- 6.1. Os invólucros de que trata o subitem 5.2 do Edital serão recebidos em sessão pública, no local, dia e hora indicados no “caput”, observado o disposto no item 5 deste Edital.
- 6.2. Os trabalhos de recebimento dos invólucros, contendo a "Documentação" e a "Proposta Financeira", a realização da presente e o seu desenvolvimento, serão dirigidos pelo titular da Secretaria de Licitações – SL ou seu substituto eventual, juntamente com a Comissão Técnica de Julgamento.
- 6.3. A Secretaria de Licitações – SL, por seu titular ou substituto eventual, juntamente com a Comissão Técnica de Julgamento, procederá à abertura dos invólucros n.º 1 (um) “Documentação” que será em seguida examinada pela Comissão Técnica de Julgamento com a proclamação das licitantes habilitadas e inhabilitadas, se houver. Em seguida serão abertos os invólucros n.º 2 – Proposta Financeira das licitantes habilitadas.
- 6.4. Caso não seja possível a proclamação das empresas habilitadas e inhabilitadas os invólucros n.º 2 - “Proposta Financeira” - deverão ser rubricados em seus fechos pelos presentes e permanecerão em poder e sob guarda da Secretaria de Licitações – SL, até a data que for designada para sua abertura.
- 6.5. Tendo sido proclamadas as empresas habilitadas e inhabilitadas no julgamento da “Documentação” sem que haja manifestação contrária das licitantes, após a abertura dos invólucros n.º 2, não mais poderá haver impugnação da documentação julgada.
- 6.6. A Proposta Financeira será rubricada pelos representantes da CODEVASF e das licitantes, ficando à disposição dos interessados, para fins de vista, por prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas, posteriores à abertura das propostas, após o que serão encaminhadas à Comissão Técnica de Julgamento.
- 6.7. Da sessão pública a que se refere o subitem 6.1, bem como daquela que for eventualmente convocada para abertura das Propostas Financeiras das licitantes habilitadas serão lavradas atas em que se consignarão eventuais reclamações, impugnações ou ressalvas das licitantes. Essas atas serão assinadas pelos que comparecerem às sessões.

## **7. EXAME E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

- 7.1. A Comissão Técnica de Julgamento composta de, no mínimo 3 (três) membros, procederá ao exame e ao julgamento da Documentação – Envelope nº 1 e Proposta Financeira – Envelope nº 2- e elaborará relatórios de suas conclusões, onde exporá as razões que as determinaram, detalhes ou incidentes ocorridos, providências tomadas e os encaminhará à Autoridade Competente do Sr. Superintendente Regional para aprovação.
- 7.2. Em caso de divergência entre as informações contidas na documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão aquelas contidas na proposta.



7.3. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos que deveriam constar originariamente da proposta.

#### **7.4. Julgamento da Documentação**

7.4.1. O julgamento da Documentação será realizado segundo as informações constantes dos subitens 5.6.1 a 5.6.7.2 deste Edital, sendo considerada habilitada a licitante que atender as condições estabelecidas no item 5.6 deste Edital.

7.4.2. Às licitantes inabilitadas no julgamento da “Documentação” serão devolvidos intactos, tal como recebidos, os invólucros 2 (dois) "Propostas Financeiras".

7.4.3. Inexistindo recurso(s) contra a decisão referente a fase de habilitação, ou sendo este(s) denegado(s), a Secretaria de Licitações providenciará a devolução dos invólucros nº 2, lacrados tal como recebidos, às respectivas licitantes.

7.4.4. No caso das licitantes inabilitadas se recusarem a receber os invólucros das Propostas, ou se os representantes estiverem ausentes, estas ficarão à disposição para retirada, mediante recibo na Secretaria de Licitações, durante o período de 60 (sessenta) dias. Findo este prazo, a CODEVASF fica autorizada a incinerá-los.

7.4.5. Ocorrendo a hipótese prevista no subitem 7.4.3., a Comissão Técnica de Julgamento encaminhará o relatório do julgamento da "Documentação", com parecer conclusivo para a aprovação da Superintendência Regional da CODEVASF – 3ª SR, com a indicação das licitantes habilitadas.

7.4.5.1. Após a aprovação do resultado, será comunicado, por escrito, pela Secretaria de Licitações – SL – diretamente às licitantes, com a convocação para a abertura da Proposta Financeira das licitantes habilitadas.

7.4.5.2. As propostas financeiras (Invólucro nº 02) das licitantes habilitadas serão abertas em dia e hora previamente comunicada às licitantes.

#### **7.5. Julgamento das Propostas Financeiras**

7.5.1. A Comissão Técnica de Julgamento examinará as propostas das licitantes habilitadas para determinar se as mesmas estão completas, se houve erros de cálculos, e se todos os documentos foram devidamente assinados, e se todas as propostas estão, de maneira geral, de acordo com as exigências dos Documentos de Licitação.

7.5.2. Erros aritméticos serão retificados, desde que não importem em acréscimo do preço fixado no Termo de Proposta, em obediência ao subitem 7.2, que exige a apresentação de propostas firmes e valiosas, da seguinte forma:

- a) Se houver discrepância entre o preço unitário e o preço total, o qual é obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá, e o preço total será corrigido;
- b) Se houver discrepância entre os valores numéricos e seus componentes por extenso, prevalecerão os valores descritos por extenso.

- 7.5.3. Erros ou distorções em qualquer preço ou componente de preço, que impliquem em acréscimo do preço fixado no Termo de Proposta não serão considerados.
- 7.5.3.1. **Ocorrendo a hipótese prevista no subitem 7.2 a licitante deverá honrar o preço fixado no Termo de Proposta, sob pena de desclassificação.**
- 7.5.4. Havendo dúvidas quanto à composição dos preços unitários ou quanto ao orçamento global apresentado pela Codevasf por qualquer das licitantes estas só poderão ser apresentadas no período de publicação da licitação, este anterior a apresentação das propostas, não havendo mais prerrogativa quanto às mesmas no período de julgamento.
- 7.5.5. As propostas financeiras das Licitantes classificadas tecnicamente serão examinadas, para avaliar se as mesmas estão completas, se houve erro de cálculo, se o valor proposto não ultrapassa o valor orçado pela Codevasf, se todos os documentos foram assinados e se todas as propostas estão de acordo com as exigências.
- 7.5.6. A Comissão Técnica de Julgamento poderá desprezar qualquer informalidade, discrepância, ou irregularidade de menor importância de uma proposta, desde que não se verifique nela desvios materiais e que, também, não prejudique ou afete a classificação das demais licitantes.
- 7.5.7. A Comissão Técnica de Julgamento julgará as Propostas Financeiras das licitantes classificadas e consideradas adequadas aos termos deste Edital, sendo desclassificadas aquelas que:
- a) Não atendam às exigências do Edital.
  - b) Conttenham valores exorbitantes ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles cujas planilhas de composição de custos unitários, salários, encargos sociais e demais insumos que apresentarem desvios ou incompatibilidades evidentes em relação ao mercado e à legislação ou, ainda, com quantidades de serviços não compatíveis com o plano e a metodologia dos trabalhos apresentados na proposta técnica.
  - c) Apresentar na planilha, preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero; incompatíveis com os custos dos insumos e salários, acrescidos dos respectivos encargos, incoerentes com os de mercado ou coeficientes de produtividade incompatíveis com a execução do objeto da licitação a ser contratada, exceto quando se referirem aos materiais e instalações de propriedade da própria licitante, e para os quais ela renuncie expressamente na proposta a parcela ou totalidade da remuneração;
  - d) Apresentar preços ou quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste Edital;
  - e) Apresentar preços unitários superiores os valores unitários orçados pela CODEVASF, ainda que o valor global da proposta seja inferior ao valor global orçado pela CODEVASF;
  - f) **É vedada a apresentação de Propostas Financeiras com preços maiores aos dos valores máximos da CODEVASF.**
  - g) Apresentar preços inexequíveis.
    - g1) Consideram-se manifestamente inexequíveis, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores;

- I) Média Aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela CODEVASF; ou
- II) Valor orçado pela Codevasf.
- h) Dos licitantes classificados na forma da alínea “g1” do subitem 7.5.7 acima, cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se refere os Incisos ‘I’ e ‘II’, acima, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º, do Art. 56, da Lei 8.666/93, igual a diferença entre o valor resultante da alínea “g1” acima e o valor da correspondente proposta.
- 7.5.8. Não poderão ser considerados no detalhamento das despesas fiscais, bem como na Planilha de Preços da Licitante, os tributos Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, conforme recomendação do Tribunal de Contas da União.
- 7.5.9. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. (Art. 44 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006).
- 7.5.9.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 7.5.9.2. Para efeito do disposto acima deste Edital (Art. 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006), ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
  - b) Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea “a” acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 1.º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123 supramencionada, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
  - c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no § 1.º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
  - d) Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
  - e) A condição de desempate somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 7.5.10. Qualquer tentativa de uma licitante em influenciar a Comissão de Julgamento ou a Codevasf quanto ao processo em exame, avaliação, comparação das propostas e na tomada de decisão para a adjudicação do objeto desta licitação, resultará na rejeição de sua proposta.

- 7.5.11. Quando todas as propostas forem desclassificadas, a Codevasf poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas da desclassificação, conforme prevê o Art. 48, § 3º, da lei nº 8.666/93.
- 7.5.12. No caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no parágrafo 2º do artigo 3º da Lei 8.666/93, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas, vedado qualquer outro processo.
- 7.5.13. Será considerada vencedora a licitante que habilitada e qualificada tecnicamente, apresentar o menor preço para a execução dos serviços objeto deste Edital, respeitado o valor máximo fixado na planilha orçamentária da Codevasf, e, além disso, preços unitários dos serviços compatíveis com os de mercado, não devendo ser apresentados preços unitários diferenciados para o mesmo serviço.
- 7.5.14. A Comissão Técnica de Julgamento submeterá à aprovação do Superintendente Regional da 3ª SR da Codevasf o relatório conclusivo do julgamento das Propostas Financeiras, com classificação das licitantes, em ordem crescente, em função dos preços ofertados, com a indicação da licitante vencedora, decorrido o prazo recursal este encaminhará para homologação pelo Comitê de Gestão Executiva da 3ª SR da Codevasf.
- 7.5.15. A divulgação do resultado final será efetuada mediante fixação em quadros de avisos da Codevasf, bem como será comunicado diretamente às licitantes, através de fax ou e-mail, disponibilizado no sítio da CODEVASF: [www.codevasf.gov.br](http://www.codevasf.gov.br), e publicado no Diário Oficial da União.
- 7.5.16. Todas as propostas das licitantes classificadas constituirão peças do processo de que trata este Edital.

## **8. ADJUDICAÇÃO**

- 8.1. A adjudicação dos serviços será efetuada mediante Contrato que a licitante vencedora firmará com a Codevasf, observadas as condições constantes do Edital e seus anexos.
- 8.2. A licitante vencedora deverá assinar o contrato mediante convocação da CODEVASF, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da convocação.
- 8.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela parte adjudicada, durante o transcurso do prazo especificado no subitem anterior desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CODEVASF.
- 8.3. A CODEVASF providenciará a publicação do presente contrato, em extrato, no Diário Oficial da União – Seção 3, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, na forma do art. 61, parágrafo único da Lei 8.666/93.
- 8.4. Na hipótese do não comparecimento da licitante vencedora para a assinatura do Contrato no prazo estipulado ou em caso de recusa por parte desta, a Codevasf convocará as que seguirem, por ordem de classificação para fazê-lo em igual preço e prazo e nas mesmas condições propostas pela 1ª classificada.
- 8.5. Além das medidas legais cabíveis, a licitante vencedora desistente da assinatura do contrato será declarada suspensa de participar de licitações na CODEVASF por 2 (dois) anos, o que será publicado no Diário Oficial da União.

- 8.6. A Contratada obriga-se a promover a anotação do Contrato no CREA com jurisdição no local de execução dos serviços (Lei 6.496/77, Art. 1º), juntamente com o registro dos responsáveis técnicos pelos serviços objeto desta licitação.

## **9. RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

- 9.1. Caberá recurso administrativo das decisões emanadas da Comissão Técnica de Julgamento, em quaisquer das fases da presente licitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data da divulgação da decisão.
- 9.2. **Em havendo adoção do tratamento preferencial previsto nas alíneas “b” e “d” do subitem 5.6.5.1 deste Edital, a abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que tratam as referidas alíneas.**
- 9.3. O recurso deverá ser apresentado no protocolo da CODEVASF no horário de 8 (oito) às 12 (doze) horas e das 13h30 (treze e trinta) às 17 (dezessete) horas **(HORÁRIO LOCAL)**.
- 9.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da Comissão Técnica de Julgamento, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.
- 9.5. Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 9.6. Somente serão considerados os recursos devidamente fundamentados que estiverem dentro do prazo estabelecido no subitem 9.4.
- 9.7. Recursos encaminhados via fax só terão eficácia se o original for entregue na CODEVASF, necessariamente, até 5 (cinco) dias da data do término do prazo recursal.

## **10. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 10.1. As obras e serviços necessários para a reforma da Barragem Monte Alegre, objeto deste Edital, serão executados num prazo de **90 (noventa) dias**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, que só poderá ser liberada após a assinatura do contrato por ambas as partes, e após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.
- 10.2. O prazo de vigência do contrato é contado em dias, a partir da data emissão da ordem de serviço, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.
- 10.3. O contrato poderá ser prorrogado nos termos da Lei, desde que, justificado por escrito e previamente autorizado pela autoridade competente para celebrar o contrato (Art. 57, § 1º e § 2º da Lei 8.666/93).

## **11. GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 11.1. Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5%

(cinco por cento) do valor do contrato, a ser previamente integralizada à assinatura do mesmo, em espécie, em Títulos da Dívida Pública da União, com cotação de mercado devidamente comprovada por documento hábil expedido pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, Seguro Garantia ou Fiança Bancária, esta a critério da contratada.

- 11.2. Quando se tratar de caução em títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliado pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, na forma do art. 56, inc. I, da Lei 8.666/93 (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004). Nesta modalidade, a licitante deverá, ainda, transferir a posse dos títulos a Administração até o final do prazo previsto para assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato, conforme item 19 deste Edital, ou até o adimplemento da sanção aplicada.
- 11.3. Caso venha a ser firmado aditivo de valor ao contrato, a Contratada compromete-se em complementar a caução para o novo valor do contrato.
- 11.4. A garantia será liberada após a emissão do Termo de Encerramento Físico. Portanto, a caução, mesmo se em Carta- Fiança ou similar, não poderá ser com prazo determinado, ou seja: o prazo final para liberação da caução será dado pela emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato. As garantias técnicas dos serviços estão asseguradas pelo Código Civil Brasileiro.
- 11.5. No caso de vir a ser necessária a promoção de aditivo de prazo, o mesmo só poder ser celebrado se a Contratada prolongar sua garantia até a nova dada pactuada.

## **12. MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO LOCAL**

- 12.1. O detalhamento a cerca da mobilização, desmobilização e administração local estão descritos no item 12 dos Termos de Referência, parte integrante deste edital.

## **13. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

- 13.1. O detalhamento a cerca do acompanhamento e da fiscalização que serão exercidos durante a execução do contrato estão descritos no item 16 dos Termos de Referência, parte integrante deste edital.

## **14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 14.1. Os serviços objeto deste edital serão pagos pelos preços unitários propostos pela licitante.
- 14.2. Nos preços unitários apresentados pela licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução das obras e dos serviços, de acordo com as condições aqui previstas, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos contratados e executados.
- 14.3. A CODEVASF SOMENTE pagará a contratada pelos serviços efetivamente executado, os preços integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, a incidência de reajustamento e reequilíbrio econômico financeiro e atualização financeira.
- 14.4. O pagamento dos serviços será efetuado mensalmente, mediante entrega dos documentos de cobrança (Nota Fiscal/Fatura).

**Ministério da Integração Nacional – MI**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – CODEVASF**

Fls.: \_\_\_\_\_  
Proc.: 59530.002056/2017-18

3ª SL

- 14.5. Não terá faturamento serviço que não se enquadre na FORMA DE PAGAMENTO estabelecida neste EDITAL.
- 14.6. Não constituem motivos de pagamento pela CODEVASF serviços desnecessários a execução dos serviços e que forem realizados sem autorização prévia da Fiscalização.
- 14.7. As faturas deverão vir acompanhadas da documentação justificativa relativa a cada serviço faturado, com os comprovantes técnicos que lhes deram origem (relação nominal do pessoal, folhas de medição, memórias de cálculo etc.) e relatório de andamento mensal, conforme padrão da CODEVASF, ou referência à entrega anterior dos mesmos, devidamente atestada pela Fiscalização da CODEVASF e indicando a data da aprovação do evento, de acordo com o Programa de Trabalho.
- 14.8. As faturas só serão liberadas para pagamento depois de aprovadas pela área gestora, devendo estar isentas de erros ou omissões, sem o que, serão de forma imediata, devolvidas à contratada para correções.
- 14.9. Os documentos de cobrança indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da(s) Nota(s) de Empenho(s) emitida(s) pela CODEVASF, e que cubram a execução dos serviços.
- 14.10. Atendido ao disposto nos itens anteriores, a CODEVASF considera como data inicial do período de adimplemento, a data útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento dos serviços, a partir da qual será observado o prazo de até 30 dias corridos para pagamento, conforme estabelecido no Art. 9º do Decreto 1.054, de 07 de fevereiro de 1994.
- 14.11. É de responsabilidade da Contratada a entrega à CODEVASF dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenados, que se não atendido, implica em desconsideração pela CODEVASF dos prazos anteriormente estabelecidos.
- 14.12. As variações de complexidade de execução do serviço, que provocarem mudança, para mais ou para menos, das previsões apresentadas pela Contratada na sua proposta em relação aos trabalhos de campo realmente executados, não poderão servir de pretexto de modificações dos preços unitários oferecidos.
- 14.13. Os Itens de Mobilização e Desmobilização serão pagos a critério da fiscalização, de modo inteiro ou fracionado, de acordo com o apresentado pela contratada no local dos trabalhos, em relação aos itens contidos em sua proposta e executados, conforme as necessidades para a prestação dos serviços contratados e a autorização da fiscalização.
- 14.14. Juntamente com a apresentação da Fatura de cada parcela de pagamento, terá a Contratada de apresentar a comprovação de recolhimento à Previdência Social, através de GPS, devidamente autenticado, sob pena de retenção do pagamento devido, consoante o disposto no Art. 31, da Lei nº 8.212 de 24/07/91, alterado pela Lei 9.711 de 20.11.98.
- 14.15. Quando se tratar da quitação do último pagamento, a CODEVASF se reserva o direito de reter 15% (quinze por cento) do valor do mesmo, até que seja apresentado o GPS relativo ao mês dos últimos serviços prestados. Da mesma forma deverá comprovar o recolhimento do FGTS, sob pena da retenção dos pagamentos.

- 14.16. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, securitários, previdenciários, tributários, comerciais e demais resultantes da execução do contrato, principalmente com a obrigatoriedade de requerer a exclusão da CODEVASF, da lide, das eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados da Contratada, durante a vigência contratual, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante possíveis subcontratados ou quaisquer terceiros interessados.
- 14.17. Na hipótese da CODEVASF vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente nas ações reclamatórias trabalhistas mencionadas acima, e se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela CODEVASF; a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, a CODEVASF utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a Contratada, com a qual desde já a mesma expressa sua concordância, com as duas hipóteses previstas neste item.
- 14.18. Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data final do período de adimplemento de cada parcela estipulada.
- 14.19. Caso existam observações acerca dos relatórios e documentos, a CODEVASF poderá reter a parcela referente à mesma, se a dúvida não for sanada pela CONTRATADA.
- 14.20. Será considerado em atraso, o pagamento efetuado após o prazo de 30 (trinta) dias, caso em que a CODEVASF pagará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

**AM = P x I**, onde:

**AM** = Atualização Monetária;

**P** = Valor da Parcela a ser paga; e

**I** = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

$$I = (1+im1/100)^{dx1/30} \times (1+im2/100)^{dx2/30} \times \dots \times (1+imn/100)^{dxn/30} - 1,$$

**Onde:**

**i** = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês “m”;

**d** = Número de dias em atraso no mês “m”;

**m** = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária.

- 14.20.1. Não sendo conhecido o índice para o período será utilizado, no cálculo, o último índice conhecido.
- 14.20.2. Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso.
- 14.20.3. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.



- 14.20.4. Nos cálculos deverão ser utilizadas 5 (cinco) casas decimais.
- 14.20.5. Será exigida da contratada no momento da entrega da medição, além das documentações anteriormente descritas, a apresentação de um relatório constando as seguintes informações e documentos:
- a. Apresentar matrícula CEI da obra (Cadastro Específico do INSS) conforme determinação do Ministério da Fazenda/Receita Federal;
  - b. Registro fotográfico dos Serviços;
  - c. Memória de cálculo com as quantidades de serviços realizados;
  - d. Documentação de regularidade fiscal da empresa no período (art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93);
  - e. Holerite dos funcionários envolvido na realização dos serviços;
  - f. Diário de obras atualizado;
  - g. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução (na primeira medição ou na eventualidade de mudança de responsável técnico);
  - h. Coordenadas Geográficas de localização da obra, em UTM;
  - i. Termo de Servidão de Uso reconhecida em cartório (Modelo Codevasf);
  - j. Documento de identificação do proprietário possuidor da terra (RG e CPF do casal);
  - k. Comprovante de posse da terra (ITR e/ou INCRA);
  - l. Levantamento Topográfico anterior e posterior à realização do serviço.

## **15. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

- 15.1. Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, contados da data de apresentação da proposta. Após este prazo serão reajustados aplicando-se a seguinte fórmula (desde que todos os índices tenham a mesma data base):

$$R = V.[N1.(Ti - To)/To] + [N2.(Vi - Vo)/Vo]$$

Onde :

**R** – valor do reajustamento

**V** – valor a ser reajustado

**N1** – percentual de ponderação de serviços de Terraplenagem frente à totalidade dos serviços a executar.

**N2** – percentual de ponderação de serviços de Edificações frente à totalidade dos serviços a executar.

**Ti** – Refere-se à coluna 38 da FGV – Terraplenagem, cód. AO157956, correspondente ao mês de aniversário da proposta.

**To** – Refere-se à coluna 38 da FGV – Terraplenagem, cód. AO157956, correspondente a data de apresentação da proposta.

**Vi** – Refere-se à coluna 35 da FGV – Edificações, cód. AO159428, correspondente ao mês de aniversário da proposta.

**Vo** – Refere-se à coluna 35 da FGV – Edificações, cód. AO159428, correspondente a data de apresentação da proposta.

- 15.2. Caso haja mudança de data base nestes índices, deve-se primeiro calcular o valor do índice na data base original utilizando-se a seguinte fórmula:

$$I_{DB1}^{Mês2} = \frac{I_{DB2}^{Mês2} \times I_{DB1}^{Mês1}}{100}$$

**Sendo:**

$I_{DB1}^{Mês2}$  = Valor desejado. Índice do mês de reajuste com data base original.

$I_{DB2}^{Mês2}$  = Índice do mês de reajuste com a nova data base.

$I_{DB1}^{Mês1}$  = Índice do mês em que mudou a tabela, na data base original.

- 15.3. Os valores considerados referentes aos fatores **N1** e **N2** serão os a seguir apresentados:

<b>FATOR - COLUNA</b>	<b>FATOR N1 - 38</b>	<b>FATOR N2 - 35</b>
(%)	<b>20,04</b>	<b>79,96</b>

- 15.4. Não serão considerados para reajuste de salários eventuais dissídios fixados por Convenção Coletiva da Categoria.

## **16. MULTAS**

- 16.1. Nos casos de inadimplemento ou inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de penalidades de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração, além de multa de 10% (dez por cento) do contrato, independente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em Lei.
- 16.2. Nos casos de inexecução parcial da obra ou serviços ou atraso na execução dos mesmos, será cobrada multa de 2,0% (dois por cento) do valor da parte não executada do contrato ou fase em atraso, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.
- 16.3. O atraso na execução dos serviços, inclusive dos prazos parciais constantes do cronograma fiscofinanceiro, constitui inadimplência passível de aplicação de multa, conforme o subitem 16.1., acima.

- 16.4. Ocorrida à inadimplência, a multa será aplicada pela CODEVASF, após regular processo administrativo, consoante ao art. 86, § 2º da Lei de Licitações, observando-se o seguinte:
- a) A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da licitante vencedora. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a licitante vencedora será convocada para complementação do seu valor no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da convocação, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei;
  - b) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela empresa vencedora, esta será convocada a recolher à CODEVASF o valor total da multa, no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da data da comunicação.
- 16.5. A licitante vencedora terá um prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data de ciência da aplicação da multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.
- 16.6. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pelo Comitê de Gestão Executiva da 3ª SR Codevasf, que poderá relevar ou não a multa.
- 16.7. Em caso de revogação da multa, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo este ato novação contratual, nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 16.8. Caso o Comitê de Gestão Executiva da 3ª SR da Codevasf mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

## **17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 17.1. Nos casos de inadimplemento ou inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de penalidades de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração, além de multa de 10% (dez por cento) do contrato, independente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em Lei.
- 17.2. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Codevasf, o atraso injustificado na execução do contrato, a inexecução total ou parcial do contrato, bem como venha executá-lo fora das especificações e condições acordadas, e, ainda, impeça ou embarace, de alguma forma a fiscalização, caracterizam o descumprimento total das obrigações assumidas, nos termos do art. 81 c/c Arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, podendo a Codevasf, garantida a prévia defesa, aplicar ao responsável as seguintes sanções:
- I. Advertência;
  - II. Multa (conforme item 16);
  - III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Codevasf, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
  - IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que

será concedida sempre que o contratado ressarcir a Codevasf pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

- 17.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem 17.2 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 17.4. A sanção estabelecida no inciso IV do subitem 17.2 é de competência do Ministro da Integração Nacional, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.
- 17.5. As sanções previstas no inciso III do subitem 17.2 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, de regidos pela Lei 13.303/2016:
- I tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados.

## **18. PRAZO DE GARANTIA**

- 18.1. O Prazo de Garantia dos serviços prestados é o previsto na legislação vigente e definido no Código Civil Brasileiro.
- 18.2. Todos os serviços licitados devem atender às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (Lei n.º 4.150 de 21.11.62), no que couber e, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.

## **19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 19.1. Conforme previsto no Art. 71 da lei 8.666/93, a Licitante será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, e previdenciárias decorrentes da execução do contrato.
- 19.2. O transporte interno e externo do pessoal e dos insumos até o local dos serviços será de inteira responsabilidade da Contratada.
- 19.3. A Contratada deverá utilizar pessoal experiente, bem como equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.
- 19.4. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada todos e quaisquer danos causados às estruturas, construções, instalações elétricas, cercas, equipamentos, etc. existentes no local quando da execução dos serviços.
- 19.5. Serão de responsabilidade da Contratada a vigilância e proteção de todos os materiais e equipamentos no local dos serviços.
- 19.6. Todos os acessos necessários para permitir à chegada dos equipamentos e materiais no local de execução dos serviços deverão ser previstos, avaliando-se todas as suas dificuldades, pois os custos decorrentes de qualquer serviço para melhoria destes acessos correrão por conta da Contratada.

**Ministério da Integração Nacional – MI**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – CODEVASF**

Fls.: \_\_\_\_\_  
Proc.: 59530.002056/2017-18

3ª SL

- 19.7. Estará a cargo da CONTRATADA obter, às próprias expensas, todas as licenças, certidões e autorizações que lhe serão exigidas para a sua atividade, devendo submeter-se a todas as leis, regulamentos ou determinações Federal, Estadual e Municipal, como também atendimento às condicionantes ambientais necessárias à obtenção das Licenças do Empreendimento, emitidas pelo órgão competente, relativas a execução das obras.
- 19.8. Também serão responsabilidade da Contratada encargos que incidam sobre os materiais e equipamentos, os quais, exclusivamente correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA do Estado onde o serviço está sendo executado. A publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, no prazo de 20 (vinte) dias após a sua assinatura, será de responsabilidade do Contratante.
- 19.9. O serviço que venha a ser condenado pela Fiscalização deverá ser refeito pela Contratada, sem quaisquer ônus adicionais para a Contratante, conforme previsto no Art. 69 da Lei 8.666/93.
- 19.10. Responsabiliza-se a Licitante vencedora por quaisquer ônus decorrentes de danos a que vier causar a CODEVASF e a terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto desta licitação, conforme previsto no Art. 70 da Lei 8.666/93.
- 19.11. A Contratada obriga-se a reportar à Fiscalização imediatamente qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades da CODEVASF.
- 19.12. A Contratada obriga-se a responder, por escrito, no prazo máximo de 48 horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes aos serviços objeto do procedimento licitatório, que eventualmente venham a ser solicitados pela Fiscalização do Contrato.
- 19.13. A CODEVASF não fornecerá água, energia elétrica e telefone para realização das obras e serviços necessários à realização do objeto deste Edital. Tais insumos deverão fazer parte dos custos unitários apresentados pela Licitante.
- 19.14. A contratada se responsabiliza pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U de 13 de fevereiro de 1998.
- 19.15. A Contratada deverá colocar tantas frentes de serviços quantas forem necessárias, para possibilitar a perfeita execução dos serviços no prazo contratual.
- 19.16. A Contratada compromete-se em aceitar, nas mesmas condições iniciais do contrato, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, dentro do limite permitido em lei, conservando o percentual de desconto ofertado no período da Licitação, conforme previsto no Art. 65, parágrafo 1º da Lei 8.666 de 21/06/1993, e ao disposto no Capítulo II, especialmente o Art. 14 do Decreto nº 7.983, de 8 de Abril de 2013.
- 19.17. Será de responsabilidade exclusiva da Contratada os custos resultantes da eventual destruição ou danificação, por terceiros, dos serviços executados, até a aceitação definitiva destes pela comissão de recebimento da obra.

- 19.18. Será de inteira responsabilidade da Contratada o pagamento, bem como as indenizações que possam vir a ser devida a terceiros, decorrentes de serviços subcontratados pela Contratada.

## **20. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS**

- 20.1. O recebimento dos serviços, após sua execução e conclusão, obedecerá ao disposto nos Artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.
- 20.2. Concluídos os serviços, a contratada solicitará à CODEVASF, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação (Art. 73, inciso I, alínea a).
- 20.3. Todas as exigências para o recebimento definitivo dos serviços estão detalhadas no item 17 dos Termos de Referência, parte integrante do edital.

## **21. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 21.1. O valor máximo orçado pela Codevasf para a realização das obras e serviços necessários à recuperação da Barragem Monte Alegre, localizada em Floresta/PE, é de **R\$ 300.980,12 (Trezentos mil, novecentos e oitenta reais e doze centavos)**, tomado como referência pelas Tabelas do SINAPI-PE de Agosto/2017 desonerados. Para o valor supracitado, já estão inclusos BDI, encargos sociais, taxas, impostos, emolumentos, lucro e demais, conforme especificado na Planilha Orçamentária anexa, Anexo III.
- 21.2. **FONTE DE RECURSOS** - As despesas orçamentárias para a contraprestação dos serviços objeto da licitação, sob a gestão da 3.ª Superintendência Regional, correrão à conta da **Funcional Programática:** 1524420297K660026 (Apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado no Estado de Pernambuco), PTRES: 131042, Emenda 3700.0003.

## **22. PLACA DE IDENTIFICAÇÃO**

- 22.1. A Contratada se obriga a fornecer placas de identificação da obra, conforme quantitativos da planilha orçamentária, no padrão definido pela CODEVASF, elaborada conforme especificação constante do Manual para elaboração de Placas de Obra do Ministério da Integração Nacional, em local a ser definido pela Fiscalização da CODEVASF.
- 22.2. O contratado deverá manter um Preposto, aceito pela CODEVASF, no local do serviço, para representá-lo na execução do contrato (art. 68 da Lei 8.666/93).

## **23. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

- 23.1. A licitante deverá adotar as medidas de sustentabilidade ambiental descritas no item 23 dos Termos de Referência.

## **24. CONDIÇÕES GERAIS**

- 24.1. A não verificação, por qualquer causa, das dificuldades inerentes à execução dos serviços não poderá ser alegada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.
- 24.2. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos serviços prestados pela contratada, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.
- 24.3. As atividades fins, objeto do Edital, não poderão ser transformadas ou subcontratadas com terceiros.
- 24.4. O contratado será responsável perante CODEVASF/3ªSR pela qualidade do total dos serviços, no que diz respeito à observância de normas técnicas e códigos profissionais.
- 24.5. O contratado considera que conhece plenamente o presente Edital e que o aceita totalmente, ressalvando as exceções que tenha formulado explicitamente na sua proposta, com as quais a CODEVASF/3ªSR tenha concordado previamente, por escrito.
- 24.6. O contratado considera que a sua participação nestes trabalhos implica a verificação e o dimensionamento das dificuldades técnicas inerentes à execução dos serviços, inclusive através de informações adicionais às fornecidas pela CODEVASF/3ªSR em decorrência deste Edital, de modo plenamente suficiente para assumir o compromisso de executá-los conforme o contrato que vier a ser assinado.
- 24.7. A CODEVASF poderá revogar esta licitação quando nenhuma das ofertas satisfizerem o objeto da mesma, ou anulá-la quando for evidente que tenha havido falta de competição e/ou quando caracterizado indício de colusão.
- 24.8. Fica garantido à CODEVASF, desde que justificado, o direito de, a qualquer tempo, desistir da celebração do contrato, escolher a proposta que julgar mais conveniente, ou optar pela revogação da licitação, no todo ou anulá-la em parte.
- 24.9. O contrato a ser assinado com a licitante vencedora disciplinará os casos em que ocorrerá a sua rescisão, com a consequente perda da caução e, a juízo da CODEVASF, o alijamento da Contratada para com ela transacionar, independente de ação ou interpelação judicial cabível.
- 24.10. A licitante será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, e quaisquer encargos que incidam sobre os materiais e equipamentos, os quais, exclusivamente correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA do Estado onde o serviço está sendo executado. A publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, no prazo de 20 (vinte) dias após a sua assinatura, será de responsabilidade do Contratante.
- 24.11. Devem ser registradas, por meio de Termo Aditivo, eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do presente contrato, especialmente as referentes a serviços extras.
- 24.12. A CODEVASF, a qualquer tempo, poderá, caso necessário, fornecer especificações e documentos complementares e, ou, suplementares.
- 24.13. Quaisquer dúvidas quanto aos procedimentos para execução de determinado serviço deverão ser esclarecidas junto à 3ª GRD/UEP da CODEVASF. O serviço que venha a ser

**Ministério da Integração Nacional – MI**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – CODEVASF**

Fls.: \_\_\_\_\_  
Proc.: 59530.002056/2017-18

\_\_\_\_\_  
3ª SL

condenado pela Fiscalização deverá ser refeito pela Contratada, sem quaisquer ônus adicionais para a Contratante.

- 24.14. Este Edital, seus Termos de Referência, Especificações Técnicas e demais anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a licitante vencedora, independente de transcrições.
- 24.15. O Foro da Justiça Federal, na Seção Judiciária de Pernambuco, em qualquer das varas instaladas na cidade de Petrolina, será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Petrolina-PE, 03 de novembro de 2017.

**AURIVALTER CORDEIRO PEREIRA DA SILVA**  
**SUPERINTENDENTE REGIONAL**  
**CODEVASF - 3ª SR**



**TOMADA DE PREÇOS N.º 011/2017 – CODEVASF**

**A N E X O I**

**TERMO DE PROPOSTA**

**TERMO DA PROPOSTA**

**À**

**CODEVASF**

**Rua Presidente Dutra, 160 – Centro – CEP 56.304-230**

**PETROLINA-PE**

Prezados Senhores:

Tendo examinado os documentos de licitação, nós, abaixo-assinados, oferecemos proposta para a Contratação de empresa do ramo da engenharia destinada a realização das obras e serviços necessários à recuperação da Barragem Monte Alegre, localizada no município de Floresta, Estado de Pernambuco, área de atuação da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF – 3ª SR, em conformidade com as especificações, constantes do Edital nº 011/2017, pelo valor global de R\$ \_\_\_\_\_, (.....), conforme planilha de preços em anexo, que faz parte integrante desta proposta.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a executar os serviços no prazo fixado no Edital e conforme Especificações Técnicas, a contar da data da assinatura do contrato. Caso nossa proposta seja aceita, concederemos garantia em valor não inferior a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, para sua realização.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias desde a data fixada para abertura das propostas (\_\_\_\_\_), e representará um compromisso que pode ser aceito a qualquer prazo antes da expiração desse prazo.

Até que seja preparado e assinado um contrato formal, esta proposta será considerada um contrato de obrigação entre as partes.

Na oportunidade, credenciamos junto à Codevasf o Sr. \_\_\_\_\_, carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, Órgão Expedidor \_\_\_\_\_, ao qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Declaramos, que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos a licitação em causa.

Declaramos, ainda mais, nossa plena concordância com as condições constantes no presente Edital e seus anexos e que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos incidentes sobre os serviços.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
FIRMA LICITANTE/CNPJ

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

**TOMADA DE PREÇOS N.º 011/2017 – CODEVASF**

**A N E X O II**

**MODELOS DE DECLARAÇÕES**

**Ministério da Integração Nacional – MI**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – CODEVASF**

Fls.: \_\_\_\_\_  
Proc.: 59530.002056/2017-18

3ª SL

**TOMADA DE PREÇOS N.º 011/2017 – CODEVASF**

**ANEXO II**

**(MODELO DE DECLARAÇÃO – PARA A SITUAÇÃO PREVISTA NO SUBITEM 5.6.1, alínea “f”).**

A       licitante       \_\_\_\_\_,       CNPJ/MF       nº \_\_\_\_\_, por seu representante legal abaixo assinado, declara, sob as penas da lei, que até a presente data, **NÃO EXISTE FATO QUE INVALIDE O SEU CERTIFICADO CADASTRAL – CRC ou SICAF**, para fins de habilitação na presente licitação, (Art. 32 - § 2º da lei 8.666/93) e declara também sob as penas da Lei que não foi declarada inidônea por qualquer **ORGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, em qualquer de suas esferas, Federal, Estadual, Municipal e Distrito Federal, e de que não está impedida de licitar ou contratar com a CODEVASF, (Art.87, Inciso IV, Lei 8.666/93), declara ainda, encontrar-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do art.7º da Constituição Federal.

Cidade, data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

*Nome:* \_\_\_\_\_

*Função:* \_\_\_\_\_

**TOMADA DE PREÇOS N.º 011/2017 – CODEVASF**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído da empresa \_\_\_\_\_ doravante denominado Licitante, para fins do disposto no Edital TOMADA DE PREÇOS N.º 0\_\_/2017, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da TOMADA DE PREÇOS N.º 0\_\_/2017 foi elaborada de maneira independente (Empresa/Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da TOMADA DE PREÇOS N.º 0\_\_/2017, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação de \_\_/2017 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação de \_\_/2017 por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da TOMADA DE PREÇOS N.º 0\_\_/2017 quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar TOMADA DE PREÇOS N.º 0\_\_/2017 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da TOMADA DE PREÇOS N.º 0\_\_/2017 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da TOMADA DE PREÇOS N.º 0\_\_/2017 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da CODEVASF antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)

**Ministério da Integração Nacional – MI**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – CODEVASF**

Fls.: \_\_\_\_\_  
Proc.: 59530.002056/2017-18

3ª SL

**TOMADA DE PREÇOS N.º 011/2017 – CODEVASF**

**MODELO DECLARAÇÃO ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (ME)**  
**OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**

O(s) Empresário/os sócios ....., da empresa  
....., com sede a  
....., na cidade de  
....., Estado de  
....., vem declarar que:

O movimento da receita bruta anual da empresa não excede aos limites fixados no art. 3º. da Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Local e data:

**Assinatura (s) com a indicação do nome completo do (s) empresário/sócios;**

\_\_\_\_\_

**TOMADA DE PREÇOS N.º 011/2017 – CODEVASF**

**A N E X O   I I I**

**TERMOS DE REFERÊNCIA/ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/  
PLANILHAS DE ORÇAMENTOS  
(GRAVADOS EM ARQUIVO SEPARADO)**

**Ministério da Integração Nacional – MI**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – CODEVASF**

Fls.: \_\_\_\_\_  
Proc.: 59530.002056/2017-18

\_\_\_\_\_  
3ª SL

**TOMADA DE PREÇOS N.º 011/2017 – CODEVASF**

**A N E X O I V**

**MINUTA DE CONTRATO**  
**(GRAVADA EM ARQUIVO SEPARADO)**



**Ministério da Integração Nacional – MI**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – CODEVASF**

Fls.: \_\_\_\_\_  
Proc.: 59530.002056/2017-18

3ª SL

	<b>GUIA DE RETIRADA DE EDITAL</b>  (NO SÍTIO <a href="http://www.codevasf.gov.br">www.codevasf.gov.br</a> )	<b>TOMADA DE PREÇOS</b> <b>Nº 011/2017</b>
<b>OBJETO:</b> Contratação de empresa do ramo da engenharia destinada a realização das obras e serviços necessários à recuperação da Barragem Monte Alegre, localizada no município de Floresta, Estado de Pernambuco, área de atuação da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF – 3ª SR.		
<i>Documentos Constitutivos</i>		
<b>ANEXOS:</b>  I. TERMO DE PROPOSTA; II. MODELOS DE DECLARAÇÕES; III. TERMOS DE REFERÊNCIA/ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/PLANILHAS DE ORÇAMENTOS; IV. MINUTA DE CONTRATO.		
<b>DADOS PARA CORRESPONDÊNCIA INFORMADOS PELA LICITANTE</b>		
<b>EMPRESA:</b> _____		
<b>CNPJ:</b> _____		
<b>ENDEREÇO:</b> _____		
<b>CIDADE:</b> _____		<b>CEP:</b> _____
<b>TELEFONE:</b> _____	<b>FAX:</b> _____	
<b>E-mail:</b> _____		<b>Confirmo as informações constantes desta guia e declaro ter retirado o EDITAL e seus elementos constitutivos pelo sítio da CODEVASF.</b> <b>Assinatura:</b> _____
<b>VALOR DO EDITAL: (GRATUITO)</b>		<b>DATA:</b> _____